



O Diretor-Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições e, Considerando o disposto no § 1º do art. 3º do Decreto n. 13.990, de 02 de julho de 2014 que regulamenta a Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando a Resolução SEMADE n. 21, de 27 de novembro de 2015 que estabelece normas e procedimentos para a Outorga de Uso de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Considerando o deferimento com bases nos elementos do processo nº. 0001573/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar os atos relacionados com as Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Mato Grosso do Sul, devidamente registrados no Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH, discriminados abaixo:

Ato	AUTORIZAÇÃO PARA PERFURAÇÃO DE POÇO
Objeto do Ato	Usos de recursos hídricos de domínio estadual constantes da DURH022854
Requerente	60.933.603/0001-78 - CESP - COMPANHIA ENERGETICA DE SÃO PAULO
Tipo de Ponto de Interferência	Captação Subterrânea
Finalidade de Uso	Outras Finalidades de Uso
Município	BRASILANDIA
Unidade de Planejamento e Gerenciamento	VERDE
Sistema Aquífero	SISTEMA AQUIFERO BAURU
Coordenadas do Ponto de Interferência	Latitude: -21° 15' 31.50" - Longitude: -51° 54' 16.62" - Projeção: SIRGAS 2000
Volume Anual Captado	1.800,00 m³

Art. 2º O Outorgado constante nesta portaria deverá cumprir as seguintes condicionantes:

1 Condicionantes Gerais:

- Esta Autorização estabelece os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos para a perfuração, não conferindo a seu titular, o direito ao uso dos recursos hídricos.
- Esta autorização não exime o outorgado do cumprimento da legislação ambiental pertinente ou das exigências de outros órgãos e entidades competentes.
- O poço deverá ser perfurado conforme projeto apresentado pelo técnico responsável e por empresa habilitada e registrada no CREA e ser precedida da respectiva ART.
- Toda empresa que execute perfuração de poço tubular profundo deverá ser cadastrada junto aos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e no Imasul.
- Constitui infração das normas de utilização dos recursos hídricos aquelas elencadas no Art. 24 do Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.
- O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.
- Cimentar o espaço anular entre o tubo de revestimento e a parede de perfuração com espessura mínima de 5,0 cm e profundidade mínima de 12,00 m.
- Construir laje de proteção de concreto, fundida no local, envolvendo o tubo de revestimento, com declividade do centro para borda, espessura mínima de 15,00cm e área não inferior a 1,00m². A coluna de tubo deve ficar saliente no mínimo 50 cm sobre a laje;
- Lacrar o poço com chapa soldada, tampa com cadeado ou outro dispositivo de segurança com abas laterais para vedação do poço.
- Coletar água para análise físico – química e bacteriológica.
- Implantar e manter em funcionamento equipamentos para monitoramento contínuo da vazão captada, conforme RESOLUÇÃO SEMADE 021/2015 - Manual de Outorga.
- Equipar o poço com instalações necessárias às observações hidrométricas das águas extraídas, com tubo para medição do nível da água e dispositivos para coleta de água na saída do poço.
- Executar teste de bombeamento (produção) de 24 horas, para determinar a vazão explotável do poço.

Terminado o teste de produção deve-se proceder ao teste de recuperação com duração de no mínimo 4 horas.

14. Proteger a área do poço com cerca de tela de alambrado constituído de telas de arame galvanizado, com malhas quadrangulares de 2" X 2", fio nº 12, altura livre não inferior a 1,80 m com área de 4,00m x 4,00 m, que deverá ser forrada com brita estando o ponto de captação no centro da área. Para fixação da tela, deverão ser usados mourões de concreto armado ou tubos de aço galvanizado de 2 polegadas, a cada 2,00 m e mureta de concreto com altura de 0,30 m e construir abrigo de alvenaria para proteção do quadro de comando do sistema;

15. Os poços que resultarem secos ou economicamente inviáveis deverão ser desativados conforme estabelecido pelo IMASUL.

16. Ao término da perfuração e previamente à utilização da água do poço o outorgado deverá requerer, em até 60 (sessenta) dias, a Outorga de Direito de Uso conforme Resolução SEMADE Nº 21 de 27 de novembro de 2015.

17. O projeto, a execução do poço e os dados levantados, deverão obrigatoriamente atender às especificações das normas da ABNT - NBR 12.212/2006 e NBR 1244/2006 respectivamente "Projeto de poço para captação de água subterrânea" e "Construção de poço para Captação de Água Subterrânea".

18. No caso de uso insignificante, ao término da perfuração e previamente à utilização da água do poço, o outorgado deverá inserir na DURH, em até 60 (sessenta) dias os seguintes documentos conforme Resolução SEMADE Nº 21 de 27 de novembro de 2015:

a) Perfil litológico e construtivo; b) Teste de bombeamento com interpretação dos resultados; c) Laudo de Análise físico-química e bacteriológica; d) Relatório fotográfico das obras complementares; e) Comprovante de registro de CREA da empresa perfuradora e indicação do técnico responsável conforme Decisão normativa Nº 059, DE 09 MAIO 1997 do CONFEA.

2 Condicionantes Específicas:

1. Esta Portaria de Autorização para Perfuração de poço reserva o volume de água subterrânea, conforme consta na DURH022854, para consumo humano (40 pessoas x 80 L/dia por pessoa), lavagem de pisos (530 m² x 1,5 L/m² por dia) e rega de gramado/jardim (670 m² x 1,5 L/m² por dia), com vazão máxima de captação de 05,00 m³/h, operando 01:00 hora/dia, por 30 dias/mês, todos os meses do ano.

2. Conforme justificativa apresentada, esta portaria de autorização para perfuração de poço foi solicitada equivocadamente em nome de um dos gerentes do empreendimento. Dessa forma, o requerente terá um prazo de 15 (quinze) dias corridos (antes da perfuração da poço), contados a partir da data de emissão desta portaria, sob pena de cancelamento da mesma, para solicitar a transferência para o proprietário do empreendimento e usuário que utilizará a água, registrado como CESPE - Companhia Energética de São Paulo (CNPJ 60.933.603/0001-78).

3. Há outros dois poços no local, informado estarem com problemas na qualidade da água captada, que deverão ser desativados (com autorização do órgão ambiental) assim que o poço desta portaria for perfurado.

Art. 3º As características técnicas dos usos de recursos hídricos do empreendimento constante desta Resolução estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.imasul.ms.gov.br>.

Art. 4º O requerente constante nesta portaria deverá cumprir, naquilo que lhe couber, os dispositivos no Decreto 13.990 de 02 de julho de 2014.

Art. 5º Esta portaria tem efeito legal até 28 de Julho de 2025.

Art. 6º Este ato revoga a PORTARIA IMASUL DE OUTORGA N. 0005035, DE 28 DE JULHO DE 2022.

Art. 7º Este ato é decorrente do processo de Transferência de Outorga N. 0002148/2022.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

THAIS BARBOSA DE AZAMBUJA CARAMORI

Diretora Presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul em

Assinado Digitalmente

Valide este documento em servicos.imasul.ms.gov.br, informando o código de segurança 2467505810005034 na opção "Validação de Portaria de Outorga".

